

A RELAÇÃO ENTRE OS GASTOS PÚBLICOS E O PRODUTO INTERNO BRUTO NOS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO DO CAMPO DAS VERTENTES NO ANO DE 2016

Ana Carolyn Monteiro Carvalho anacarynmonteiro@hotmail.com

André Luís Bertassi bertassi@ufsj.edu.br

Luiz Gustavo Camarano Nazareth luizgustavo@ufsj.edu.br

Eduardo Vieira do Prado eduardo.prado.ad@gmail.com

Mário Sérgio de Almeida marioalmeida@ufsj.edu.br

Roberto do Nascimento Ferreira roberto@ufsj.edu.br

RESUMO

Na área pública, é de extrema importância que os gastos sejam alocados de forma a se obter o melhor resultado possível. Para muitos autores, uma gestão eficiente dos gastos públicos é capaz de promover o crescimento econômico de um município, estado ou país. Um gasto público pode ser classificado, de acordo com o seu impacto no crescimento econômico, em produtivo ou improdutivo. O objetivo deste trabalho foi verificar se há relação entre os gastos públicos considerados produtivos e o PIB dos municípios da Mesorregião do Campo das Vertentes no ano de 2016. A análise foi feita por meio de duas abordagens: verificar se há relação entre os municípios com os maiores PIB's e os municípios com os maiores gastos produtivos e verificar se há relação entre os municípios com os maiores PIB's e os municípios com os maiores percentuais de participação dos gastos produtivos na despesa liquidada total. Após a análise dos resultados obtidos, verificou-se que não houve uma forte relação entre as despesas consideradas produtivas e o PIB nos municípios estudados.

Palavras-chave: Gastos Públicos; Produto Interno Bruto; Gastos Produtivos; Despesas por Função.

1 INTRODUÇÃO

No âmbito público, uma boa gestão se torna imprescindível para otimizar resultados com uma quantidade limitada de recursos, além de garantir o crescimento e o desenvolvimento municipal, estadual e federal. Segundo Ervilha, Alves e Gomes (2013), é papel da gestão pública prover serviços de educação, saúde, segurança, moradia, previdência social, dentre outros. Uma gestão eficaz é aquela que supre a demanda da sociedade por tais serviços, utilizando o mínimo de recursos.

Uma vez que a sociedade se encontra em uma época altamente globalizada e conectada, uma gestão pública eficiente passa pela produção e divulgação de informações de qualidade. Nesse contexto surge o conceito de *accountability*. De acordo com Rezende, Slomski e Corrar (2005), é exigido do gestor público competência e transparência na aplicação dos recursos governamentais, surgindo assim, a *accountability*. Para Amaral (2007), o termo *accountability*

não se refere apenas a transparência e prestação de contas das ações do governo, mas também à possibilidade de participação da sociedade na tomada de decisão.

Para Cândido Júnior (2001), em uma aplicação eficiente dos gastos públicos há uma relação de benefício/custo, podendo influenciar no crescimento econômico. Portanto há uma enorme importância em alocar os gastos de forma eficiente, para que estes contribuam para o crescimento econômico do município, estado ou país.

Portanto, o gestor deve, além de alocar gastos com eficiência, observar qual a melhor composição de tais gastos, dentro do que é estabelecido pela legislação, a fim de impactar positivamente o crescimento econômico. Dessa forma é essencial que os gastos públicos sejam feitos de forma efetiva, servindo de instrumento para estimular a economia. Para Cândido Júnior (2001), o ajuste fiscal é um fator importante para a política macroeconômica.

Para Castro (2006), a política fiscal é usada como ferramenta para estabilizar a economia. Considerando as restrições orçamentárias, é preciso saber conciliar receitas e despesas, com o propósito de alcançar os objetivos econômicos e sociais.

Observando esse cenário, o objetivo deste trabalho foi responder à seguinte questão: Há relação entre os gastos públicos e o PIB dos municípios da Mesorregião do Campo das Vertentes no ano de 2016?

Essa pesquisa justifica-se devido a importância de uma gestão pública eficiente e uma boa política fiscal para estimular o crescimento econômico. Dessa forma, é fundamental verificar se os gastos realizados estão contribuindo para o crescimento econômico dos municípios.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para uma compreensão dos termos utilizados neste trabalho é necessário um melhor entendimento sobre a classificação das despesas públicas, a relação entre os gastos públicos e o crescimento econômico e o conceito de PIB.

2.1 Classificação das despesas públicas

A Portaria nº 42 de 14 de abril de 1999 determina que as despesas dos municípios, estados, União e Distrito Federal sejam classificadas em funções e subfunções. Função é o maior nível de agregação da despesa, enquanto subfunção é uma partição da função. De acordo com a Portaria, a despesa ainda pode ser classificada em programa, projeto, atividade ou operações especiais. É entendido como programa, o instrumento de organização das ações do governo, com o objetivo de cumprir as metas estabelecidas. Projeto é a programação para se alcançar a meta de um programa, por meio de operações que irão resultar em um produto. Atividade envolve um conjunto de operações contínuas e permanentes a fim de alcançar os objetivos do governo, que resultem em um produto para manutenção da ação do governo. Já as operações especiais são despesas que não geram produtos para a manutenção das ações do governo. (BRASIL, 1999)

As despesas públicas podem ser classificadas ainda de acordo com sua categoria econômica. De acordo com a Portaria nº 163 de 04 de maio de 2001, em relação à categoria econômica, uma despesa pode ser classificada em despesas correntes ou despesas de capital. As despesas correntes são aquelas que não contribuem diretamente para a formação ou aquisição de bens de capital. Já as despesas de capital contribuem diretamente para a formação ou aquisição de bens de capital. (BRASIL, 2001)

A Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964 também classifica as despesas públicas de acordo com sua etapa de execução. As despesas são previstas no orçamento público e quando são executadas passam por três estágios: empenho, liquidação e pagamento. Uma despesa é empenhada quando o governo reserva o dinheiro para a compra de um bem ou para a tomada de um serviço, ou seja, quando a obrigação da despesa é criada. Na etapa de liquidação há o recebimento do bem ou serviço, que devem ser devidamente conferidos. Já o pagamento é quando de fato, há o pagamento pelos bens ou serviços adquiridos. (BRASIL, 1964)

2.2 A relação entre gastos públicos e crescimento econômico: uma análise teórica

Para muitos autores a política fiscal é um importante instrumento para impactar o crescimento econômico de um local. Para Divino e Silva Júnior (2012), é possível definir uma composição ótima dos gastos públicos a fim de maximizar o crescimento econômico. Após estudarem a composição dos gastos públicos, entre despesas correntes e despesas de capital, nos municípios brasileiros no período 1991 a 2000, os autores concluem que a composição ótima depende do nível de renda per capita do município. Municípios com baixa renda per capita conseguem maximizar seu crescimento econômico por meio de gastos com despesas correntes. Já municípios com alta renda per capita, podem otimizar seu crescimento econômico transferindo gastos com despesas correntes para gastos com despesas de capital.

Para Rocha e Giuberti (2007), existem duas formas de avaliar essa relação e o seu impacto. A primeira seria por meio de uma análise dos gastos que teriam efeito positivo sobre o crescimento e depois medir a eficiência desses gastos em relação ao resultado/produto. A segunda forma seria medir os impactos desses gastos públicos no crescimento econômico por meio de uma análise estatística. Para as autoras, os gastos podem ser classificados em produtivos e improdutivos. Gastos produtivos são aqueles que geram um impacto positivo no crescimento econômico. Já os gastos improdutivos geram impacto negativo sobre o crescimento econômico. Em seus estudos concluem que gastos com capital, educação, transporte e comunicação possuem um efeito positivo e significativo em relação ao crescimento econômico. Já os gastos com saúde produzem um efeito positivo, porém não significativo.

Nos estudos de Kneller, Bleaney e Gemmell (1999) são classificados como gastos produtivos os gastos com serviços públicos gerais, gastos com saúde, educação, defesa, habitação, transporte e comunicação. Após realizarem testes em países membros da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) concluem que os gastos produtivos estimulam o crescimento econômico.

Ferreira (1996) demonstra em sua pesquisa que os gastos públicos em infraestrutura estão altamente relacionados com o crescimento econômico. Após observar o histórico desses investimentos no Brasil entre 1970 e 1993, ele conclui que os principais gastos que influenciaram no PIB foram os gastos em energia, transporte e telecomunicações. A justificativa para isso seria que gastos em infraestrutura aumentam a produtividade do setor privado, uma vez que ao se ter acesso a uma melhor infraestrutura, o custo dos insumos é menor, elevando o produto final. Consequentemente, emprego e renda são gerados. Além disso, uma boa infraestrutura oferece condições para a instalação de investimentos privados.

De acordo com Cândido Júnior (2001), gastos com infraestrutura e com um sistema legal e de segurança impactam positivamente o crescimento econômico pois servem de insumo para o setor privado. As externalidades positivas que os bens públicos produzem, elevam os retornos privados, uma vez que, se o governo não ofertasse tais bens, eles seriam sub ofertados.

2.3 Produto Interno Bruto (PIB)

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o Produto Interno Bruto (PIB) é um indicador síntese de uma economia. Ele é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos no período de um ano por um município, estado ou país. Para evitar duplicidades, apenas bens e produtos finais são considerados na soma. É considerado o preço pelo qual chegam aos consumidores, incluindo assim os impostos. Ele é um indicador que serve para acompanhar o crescimento econômico de um país e compará-lo com o restante do mundo.

Porém ele não consegue mensurar outros fatores importantes como qualidade de vida e distribuição de renda.

De acordo com Ribeiro et al. (2010), o PIB mensura a produção de todos os bens e serviços de um país. Essa produção é medida com a soma do valor adicionado gerado por todas as atividades econômicas de um país, ou seja, o valor dos insumos não é considerado para o cálculo. Por meio dele é possível medir o crescimento econômico de um país, que, por sua vez, pode ser influenciado por diversas variáveis.

3 METODOLOGIA

De acordo com os conceitos trazidos por Freitas et al. (2000), em relação ao tempo, trata-se de uma pesquisa de corte transversal, pois utiliza dados referentes ao ano de 2016. Já a amostra é caracterizada como uma amostra não probabilística por conveniência, pois os municípios utilizados na pesquisa foram todos aqueles pertencentes à Mesorregião do Campo das Vertentes. Já de acordo com Gil (2002), quanto à forma de abordagem do problema, trata-se de uma pesquisa qualitativa, pois busca caracterizar os municípios escolhidos, de forma não estatística, para que esses sejam comparados e analisados. No que se refere aos objetivos, é uma pesquisa descritiva, pois busca identificar se há uma relação entre variáveis, ou seja, se há relação entre gastos públicos e o PIB nos municípios analisados. Em relação aos procedimentos técnicos, é uma pesquisa bibliográfica, uma vez que utiliza materiais e informações já publicados.

Os municípios escolhidos foram aqueles pertencentes à Mesorregião do Campo das Vertentes, no estado de Minas Gerais. A mesorregião é composta por 36 municípios, divididos em 3 microrregiões: Microrregião de Lavras (9 municípios), Microrregião de São João del-Rei (15 municípios) e Microrregião de Barbacena (12 municípios).

Os dados relativos aos gastos municipais foram encontrados no site do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, na seção Fiscalizando com o TCE. O relatório utilizado foi o Comparativo da Despesa Fixada com a Executada do ano de 2016. Para a análise, as despesas consideradas foram as despesas liquidadas, ou seja, os gastos com bens que já foram entregues e conferidos ou serviços que já foram tomados. Depois foi realizado um levantamento do PIB per capita de cada município. Os dados mais recentes disponíveis foram referentes ao ano de 2016, sendo por esse motivo, o período escolhido para a pesquisa. Os dados foram obtidos no site IBGE Cidades.

Levando em consideração os trabalhos de Divino e Silva Júnior (2012), Rocha e Giuberti (2007), Kneller, Bleanev e Gemell (1999), Ferreira (1996) e Cândido Júnior (2001), já citados no referencial teórico deste trabalho, as despesas por funções escolhidas para análise foram aquelas que são consideradas produtivas, ou seja, que possuem impacto positivo em relação ao crescimento econômico. São elas: 06- Segurança Pública, 10- Saúde, 12- Educação, 24- Comunicações, 25- Energia, 26- Transporte.

Para a primeira análise, utilizou-se as despesas por funções citadas anteriormente, na etapa de liquidação. Para o cálculo foram considerados os valores per capita, a fim de eliminar as diferenças populacionais entre os municípios.

Para classificar cada município, foi atribuída uma nota para cada um deles, de acordo com o número de municípios pertencentes àquela microrregião. Na microrregião de Lavras foi atribuída uma nota de 1 a 9 para cada município em cada despesa por função per capita, sendo que, a nota 1 indica que o município foi o que obteve maior gasto naquela função ou maior percentual do gasto em relação à despesa liquidada total e a nota 9 indica que o município obteve menor gasto ou menor percentual naquela função. Na microrregião de São João del-Rei foram atribuídas notas de 1 a 15 e na microrregião de Barbacena foram atribuídas notas de 1 a 12. Da mesma forma, a menor nota indica um maior gasto na função ou maior percentual do gasto em relação à despesa liquidada total. Municípios que obtiveram o mesmo gasto ou mesmo percentual em determinada função obtiveram a mesma nota.

Na classificação final, as notas foram somadas. Os municípios com as menores notas totais foram aqueles que obtiveram maiores gastos nas funções escolhidas (aqueles que mais gastaram com gastos produtivos) ou aqueles que apresentaram maior percentual de gastos produtivos em relação à despesa liquidada total (aqueles que mais gastaram com gastos produtivos considerando todas as suas despesas).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Classificação dos municípios em relação aos gastos produtivos

Nessa primeira análise buscou-se verificar quais foram os municípios com os maiores gastos produtivos per capita, divididos em microrregiões. Foram atribuídas notas para cada município em cada despesa por função, sendo que, a menor nota indica que o município gastou mais com as despesas produtivas e a maior nota indica que gastou menos. Para gastos iguais em determinada função, a nota atribuída foi a mesma.

A classificação dos municípios da Microrregião de Lavras é apresentada na Tabela 1. Tabela 1 – Ranking dos maiores gastos produtivos na Microrregião de Lavras

Município	Segurança Pública	Saúde	Educação	Comunicação	Energia	Transporte	Total	Classificação
Ingaí	7	1	1	4	4	1	18	1º
Carrancas	2	5	5	1	4	2	19	2º
Ijaci	4	3	2	2	4	4	19	3º
Itutinga	1	2	3	3	4	6	19	4º
Luminárias	5	8	6	4	2	3	28	5º
Ribeirão Vermelho	6	4	4	4	4	7	29	6º
Itumirim	3	7	8	4	4	5	31	7º
Lavras	5	6	7	4	1	8	31	8º
Nepomuceno	7	9	9	4	3	8	40	9º

Fonte: Elaborada pelos autores

Após realizar o somatório das notas atribuídas em cada função, o ranking dos municípios com maiores gastos produtivos na microrregião de Lavras foi: Ingaí, Carrancas, Ijaci, Itutinga, Luminárias, Ribeirão Vermelho, Itumirim, Lavras e Nepomuceno.

A Tabela 2 mostra a classificação dos municípios da Microrregião de São João del-Rei.

Tabela 2 – Ranking dos maiores gastos produtivos na Microrregião de São João del-Rei

Município	Segurança Pública	Saúde	Educação	Comunicação	Energia	Transporte	Total	Classificação
Santana do Garambéu	2	1	1	1	1	1	7	1º
Piedade do Rio Grande	7	2	5	8	2	2	26	2º
Conceição da Barra de Minas	4	6	6	8	4	9	37	3º
Prados	3	12	8	2	5	7	37	4º
Coronel Xavier Chaves	11	4	4	8	7	5	39	5º
Nazareno	1	7	9	6	7	10	40	6º
Lagoa Dourada	9	13	2	7	7	3	41	7º
Ritópolis	11	8	10	5	7	4	45	8º
Dores de Campos	5	10	12	3	3	13	46	9º
Madre de Deus de Minas	11	3	7	8	7	11	47	10º
Tiradentes	11	9	3	8	7	12	50	11º
São Tiago	10	11	13	4	6	8	52	12º
São João del-Rei	6	5	14	8	7	15	55	13º
Resende Costa	11	15	11	8	7	6	58	14º
Santa Cruz de Minas	8	14	15	8	7	14	66	15º

Fonte: Elaborada pelos autores

Na microrregião de São João del-Rei, o ranking dos maiores gastos produtivos entre os municípios foi: Santana do Garambéu, Piedade do Rio Grande, Conceição da Barra de Minas, Prados, Coronel Xavier Chaves, Nazareno, Lagoa Dourada, Ritópolis, Dolores de Campos, Madre de Deus de Minas, Tiradentes, São Tiago, São João del-Rei, Resende Costa e Santa Cruz de Minas.

A Tabela 3 apresenta a classificação dos municípios da Microrregião de Barbacena.

Tabela 3 – Ranking dos maiores gastos produtivos na Microrregião de Barbacena

Município	Segurança Pública	Saúde	Educação	Comunicação	Energia	Transporte	Total	Classificação
Desterro do Melo	4	3	1	1	5	2	16	1º
Caranaíba	3	1	4	7	5	1	21	2º
Ressaquinha	2	7	2	2	5	4	22	3º
Capela Nova	5	5	8	4	3	5	30	4º
Alfredo Vasconcelos	6	9	9	3	2	3	32	5º
Barbacena	1	4	11	6	1	11	34	6º
Ibertioga	8	2	7	7	4	6	34	7º
Santa Bárbara do Tugúrio	8	8	3	7	5	8	39	8º
Carandaí	8	6	5	7	5	10	41	9º
Barroso	7	11	6	5	5	11	45	10º
Senhora dos Remédios	8	10	12	7	5	7	49	11º
Antônio Carlos	8	12	10	7	5	9	51	12º

Fonte: Elaborada pelos autores

Já o ranking dos maiores gastos produtivos na microrregião de Barbacena foi: Desterro do Melo, Caranaíba, Ressaquinha, Capela Nova, Alfredo Vasconcelos, Barbacena, Ibertioga, Santa Bárbara do Tugúrio, Carandaí, Barroso, Senhora dos Remédios e Antônio Carlos.

4.2 Classificação dos municípios em relação à composição dos gastos

Em uma segunda análise, os municípios foram classificados de acordo com o percentual de participação dos gastos produtivos na despesa liquidada total. Para eliminar a diferença populacional entre os municípios, foram utilizadas as despesas per capita. Da mesma forma, foram atribuídas notas para cada município em cada despesa por função, sendo que, a menor nota indica que o gasto com aquela função representou um percentual maior em relação à despesa liquidada total, e a maior nota indica que o percentual com o gasto pelo município foi menor. Para percentuais iguais em determinada função, a nota atribuída foi a mesma.

Na classificação final, as notas foram somadas. Os municípios com as menores notas foram aqueles que obtiveram maiores percentuais dos gastos produtivos em relação à despesa liquidada total.

A Tabela 4 apresenta a classificação dos municípios da Microrregião de Lavras.

Tabela 4 – Ranking dos maiores percentuais dos gastos produtivos na Microrregião de Lavras

Município	Segurança Pública	Saúde	Educação	Comunicação	Energia	Transporte	Total	Classificação
Lavras	4	1	1	4	1	8	19	1º
Itumirim	3	4	3	4	4	4	22	2º
Carrancas	2	7	9	1	4	1	24	3º
Itutinga	1	5	6	3	4	6	25	4º
Ingaí	7	2	7	4	4	2	26	5º
Ribeirão Vermelho	6	3	2	4	4	7	26	6º
Ijaci	5	6	5	2	4	5	27	7º
Luminárias	5	9	8	4	2	3	31	8º
Nepomuceno	7	8	4	4	3	8	34	9º

Fonte: Elaborada pelos autores

O ranking dos maiores percentuais em relação à despesa liquidada total na microrregião de Lavras foi: Lavras, Itumirim, Carrancas, Itutinga, Ingaí, Ribeirão Vermelho, Ijaci, Luminárias e Nepomuceno.

A Tabela 5 mostra a classificação dos municípios da Microrregião de São João del-Rei.

Tabela 5 – Ranking dos maiores percentuais dos gastos produtivos na Microrregião de São João del-Rei

Município	Segurança Pública	Saúde	Educação	Comunicação	Energia	Transporte	Total	Classificação
Santana do Garambéu	4	2	9	3	1	1	20	1º
Piedade do Rio Grande	6	1	6	7	3	4	27	2º
Dores de Campos	3	5	5	2	2	11	28	3º
Prados	2	11	2	1	5	7	28	4º
Conceição da Barra de Minas	4	8	7	7	4	9	39	5º
Lagoa Dourada	7	15	1	7	7	2	39	6º
Ritópolis	9	6	10	5	7	3	40	7º
São Tiago	8	10	8	4	6	6	42	8º
Resende Costa	9	12	3	7	7	5	43	9º
Nazareno	1	9	12	6	7	10	45	10º
Madre de Deus de Minas	9	4	11	7	7	12	50	11º
Santa Cruz de Minas	4	7	13	7	7	14	52	12º
São João del-Rei	5	3	15	7	7	15	52	13º
Tiradentes	9	14	4	7	7	13	54	14º
Coronel Xavier Chaves	9	13	14	7	7	8	58	15º

Fonte: Elaborada pelos autores

Já na microrregião de São João del-Rei o ranking dos maiores percentuais dos gastos produtivos foi: Santana do Garambéu, Piedade do Rio Grande, Dolores de Campos, Prados, Conceição da Barra de Minas, Lagoa Dourada, Ritópolis, São Tiago, Resende Costa, Nazareno, Madre de Deus de Minas, Santa Cruz de Minas, São João del-Rei, Tiradentes e Coronel Xavier Chaves.

A Tabela 6 aponta a classificação dos municípios da Microrregião de Barbacena.

Tabela 6 – Ranking dos maiores percentuais dos gastos produtivos na Microrregião de Barbacena

Município	Segurança Pública	Saúde	Educação	Comunicação	Energia	Transporte	Total	Classificação
Alfredo Vasconcelos	3	6	6	3	2	2	22	1º
Capela Nova	4	4	8	4	3	4	27	2º
Ressaquinha	2	12	4	2	5	5	30	3º
Desterro do Melo	6	10	7	1	5	3	32	4º
Barbacena	1	2	12	6	1	11	33	5º
Carandaí	8	3	2	7	5	10	35	6º
Caranaíba	5	8	10	7	5	1	36	7º
Ibertioga	8	1	9	7	4	8	37	8º
Barroso	7	9	1	5	5	11	38	9º
Antônio Carlos	8	7	5	7	5	7	39	10º
Senhora dos Remédios	8	5	11	7	5	6	42	11º
Santa Bárbara do Tugúrio	8	11	3	7	5	9	43	12º

Fonte: Elaborada pelos autores

Para completar a análise, na microrregião de Barbacena, o ranking dos maiores percentuais foi: Alfredo Vasconcelos, Capela Nova, Ressaquinha, Desterro do Melo, Barbacena, Carandaí, Caranaíba, Ibertioga, Barroso, Antônio Carlos, Senhora dos Remédios e Santa Bárbara do Tugúrio.

4.3 Classificação dos municípios em relação ao PIB Per Capita

Com o objetivo de verificar se há relação entre os gastos públicos e o Produto Interno Bruto nos municípios analisados, levantou-se o ranking do PIB municipal por microrregião. Os dados foram obtidos no site do IBGE Cidades.

A Tabela 7 traz o ranking do PIB da microrregião de Lavras.

Tabela 7 – Ranking do PIB Per Capita nos municípios da Microrregião de Lavras

Município	PIB Per Capita	Classificação
Ijaci	R\$ 52.422,70	1º
Itutinga	R\$ 25.359,92	2º
Ribeirão Vermelho	R\$ 24.768,93	3º
Lavras	R\$ 22.428,25	4º
Ingaí	R\$ 18.859,25	5º
Carrancas	R\$ 18.025,71	6º
Nepomuceno	R\$ 17.503,74	7º
Luminárias	R\$ 13.407,53	8º
Itumirim	R\$ 9.797,19	9º

Fonte: Elaborada pelos autores

Por meio na tabela, pode-se perceber que os municípios com os maiores PIB's per capita foram: Ijaci, Itutinga, Ribeirão Vermelho, Lavras, Ingaí, Carrancas, Nepomuceno, Luminárias e Itumirim.

O ranking do PIB da microrregião de São João del-Rei é trazido na Tabela 8.

Tabela 8 – Ranking do PIB Per Capita nos municípios da Microrregião de São João del-Rei

Município	PIB Per Capita	Classificação
Madre de Deus de Minas	R\$ 35.452,45	1º
Nazareno	R\$ 28.285,75	2º
Dores de Campos	R\$ 22.280,89	3º
Piedade do Rio Grande	R\$ 20.667,17	4º
São João del-Rei	R\$ 20.401,06	5º
Tiradentes	R\$ 18.178,82	6º
Lagoa Dourada	R\$ 17.817,69	7º
Prados	R\$ 17.753,40	8º
Coronel Xavier Chaves	R\$ 15.128,80	9º
São Tiago	R\$ 14.683,27	10º
Resende Costa	R\$ 13.562,68	11º
Ritópolis	R\$ 12.633,82	12º
Santana do Garambéu	R\$ 11.793,90	13º
Conceição da Barra de Minas	R\$ 11.490,41	14º
Santa Cruz de Minas	R\$ 8.820,93	15º

Fonte: Elaborada pelos autores

Os maiores PIB's per capita na microrregião foram representados pelos municípios: Madre de Deus de Minas, Nazareno, Dores de Campos, Piedade do Rio Grande, São João del-Rei, Tiradentes, Lagoa Dourada, Prados, Coronel Xavier Chaves, São Tiago, Resende Costa, Ritópolis, Santana do Garambéu, Conceição da Barra de Minas e Santa Cruz de Minas.

Já a Tabela 9 mostra o ranking dos municípios com maiores PIB Per Capita na Microrregião de Barbacena.

Tabela 9 – Ranking do PIB Per Capita nos municípios da Microrregião de Barbacena

Município	PIB Per Capita	Classificação
Ressaquinha	R\$ 37.445,23	1º
Carandaí	R\$ 22.322,27	2º
Barbacena	R\$ 18.885,44	3º
Barroso	R\$ 15.099,51	4º
Alfredo Vasconcelos	R\$ 13.896,00	5º
Antônio Carlos	R\$ 12.164,42	6º
Desterro do Melo	R\$ 11.549,40	7º
Ibertioga	R\$ 11.465,12	8º
Santa Bárbara do Tugúrio	R\$ 10.932,95	9º
Caranaíba	R\$ 9.787,67	10º
Capela Nova	R\$ 9.705,07	11º
Senhora dos Remédios	R\$ 8.343,82	12º

Fonte: Elaborada pelos autores

Na microrregião de Barbacena, os maiores PIB's per capita foram: Ressaquinha, Carandaí, Barbacena, Barroso, Alfredo Vasconcelos, Antônio Carlos, Desterro do Melo, Ibertioga, Santa Bárbara do Tugúrio, Caranaíba, Capela Nova e Senhora dos Remédios.

4.4 Classificação das Microrregiões em relação aos gastos produtivos

Para completar o estudo, foi feita a mesma análise ao nível das microrregiões. A Tabela 10 mostra o ranking dos maiores gastos produtivos por microrregião. Para a classificação foi atribuída nota de 1 a 3 em cada despesa por função. Para o cálculo, foram utilizadas as despesas per capita. A microrregião que recebeu nota 1, foi aquela que mais gastou com aquela função, a que recebeu nota 3 foi a que menos gastou com a função em análise. Para a classificação final, as notas foram somadas. As microrregiões com as menores notas foram aquelas que obtiveram maiores gastos nas funções escolhidas, ou seja, aquelas que mais gastaram com gastos produtivos.

Tabela 10 – Ranking das Microrregiões com maiores gastos produtivos

Microrregião	Segurança						Total	Classificação
	Pública	Saúde	Educação	Comunicação	Energia	Transporte		
Barbacena	1	2	3	1	1	2	10	1º
Lavras	3	1	1	2	2	3	12	2º
São João del-Rei	2	3	2	3	3	1	14	3º

Fonte: Elaborada pelos autores

As microrregiões que obtiveram maiores gastos produtivos foram: Barbacena, Lavras e São João del-Rei.

Já o ranking dos maiores percentuais dos gastos produtivos por microrregião é apresentado na Tabela 11. As microrregiões foram classificadas de acordo com o percentual de participação dos gastos produtivos na despesa liquidada total. Para eliminar a diferença populacional, foram utilizadas as despesas per capita. Da mesma forma, foi atribuída nota de 1 a 3 em cada despesa por função. As menores notas indicam maiores percentuais de participação da despesa por função na despesa liquidada total. Para percentuais igual, a nota atribuída foi a mesma. Para a classificação final, as notas foram somadas. As microrregiões com as menores notas foram aquelas em que esse percentual foi maior.

Tabela 11 - Ranking dos maiores percentuais dos gastos produtivos

Microrregião	Segurança						Total	Classificação
	Pública	Saúde	Educação	Comunicação	Energia	Transporte		
Barbacena	1	2	3	1	1	2	10	1º
Lavras	3	1	1	1	2	3	11	2º
São João del-Rei	2	3	2	1	3	1	12	3º

Fonte: Elaborada pelos autores

Os maiores percentuais dos gastos produtivos entre as microrregiões foram: Barbacena, Lavras e São João del-Rei.

Já o ranking dos maiores PIB's entre as microrregiões se encontram na Tabela 12.

Tabela 12 - Ranking do PIB per capita nas microrregiões

Microrregião	PIB Per Capita	Classificação
Lavras	R\$ 21.953,52	1º
São João del-Rei	R\$ 19.043,88	2º
Barbacena	R\$ 17.631,49	3º

Fonte: Elaborada pelos autores

As microrregiões com maiores PIB's per capita foram: Lavras, São João del-Rei e Barbacena.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política Fiscal é de extrema importância para a estabilização da economia e também para uma maior eficiência dos gastos públicos. Por meio dela, o Governo busca a melhor forma de arrecadar receitas e realizar despesas, de modo que a relação custo/benefício seja a melhor possível. Ela é considerada como um importante instrumento para alcançar o crescimento econômico.

O objetivo desse trabalho foi verificar se houve relação entre os gastos públicos considerados produtivos (aqueles que impactam positivamente o crescimento econômico) e o PIB dos municípios da Mesorregião do Campo das Vertentes. A análise foi não estatística.

Após a análise dos resultados obtidos, pode-se observar que, no contexto geral dos municípios estudados, não houve uma forte relação em nenhuma das duas formas abordadas, ou seja, não houve um padrão entre os maiores gastos e os maiores PIB's e os maiores percentuais e os maiores PIB's. Porém, pode-se observar que, ao analisar cada município isoladamente, alguns deles se mantiveram na mesma posição no Ranking.

Ao se comparar o PIB e os maiores gastos produtivos, na microrregião de Lavras não houve relação entre as variáveis. Já na microrregião de São João del-Rei, Lagoa Dourada apresentou o sétimo maior PIB e o sétimo maior gasto com despesas produtivas. Santa Cruz de Minas também se manteve na mesma posição nas duas classificações, ocupando o décimo quinto lugar da microrregião. Na microrregião de Barbacena, o município de Alfredo Vasconcelos apresentou o quinto maior PIB e o quinto maior gasto produtivo.

Já na análise entre o PIB e o percentual de gastos produtivos em relação à despesa liquidada total, na microrregião de Lavras os municípios de Ingaí e Luminárias apresentaram relação entre as variáveis. Ingaí apresentou o quinto maior PIB e o quinto maior percentual. Luminárias ficou na oitava posição, tanto na classificação de maior PIB quanto na classificação de maior percentual. Na microrregião de São João del-Rei, Dolores de Campos ocupou o terceiro lugar nos dois rankings. Já na microrregião de Barbacena, o município de Ibertioga apresentou o oitavo maior PIB e o oitavo maior percentual.

Na análise entre as microrregiões apenas a microrregião de São João del-Rei se manteve na mesma posição, ou seja, ela apresentou o segundo maior PIB entre as microrregiões e também o segundo maior gasto com as despesas selecionadas e o segundo maior percentual dos gastos produtivos em relação à despesa liquidada total.

Por meio dessa pesquisa, pode-se notar que, de forma geral, não houve relação entre os gastos considerados produtivos e o PIB entre os municípios analisados. Dessa forma, investir nessas despesas não está estimulando o crescimento econômico do local. Uma vez que a comparação foi feita utilizando-se os conceitos trazidos por Divino e Silva Júnior (2012), Rocha

e Giuberti (2007), Kneller, Bleanev e Gemmell (1999), Ferreira (1996) e Cândido Júnior (2001), podemos perceber que seus estudos não se aplicam ao nível municipal.

Como sugestão para trabalhos futuros, sugere-se que sejam realizadas análises a fim de verificar quais gastos impactam no PIB dos municípios brasileiros, a fim de desenvolver melhores políticas fiscais para estimular o crescimento econômico. Sugere-se também aplicar a pesquisa nos estados, com o propósito de averiguar se os gastos que impactam o crescimento dos estados são os mesmos que impactam o crescimento dos municípios.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Marcelo Santos. **Accountability, governo local e democracia: investigação em portais municipais do estado da Bahia**. 134f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007. Disponível em <http://www.adm.ufba.br/sites/default/files/publicacao/arquivo/marcelo_amaral.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2019.

BRASIL. **Lei nº 4320**, de 17 de março de 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm>. Acesso em: 05 out. 2019.

BRASIL. **Portaria nº 42**, de 14 de abril de 1999. Disponível em: <http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-1999/Portaria_Ministerial_42_de_140499.pdf/>. Acesso em: 05 out. 2019.

BRASIL. **Portaria nº 163**, de 04 de maio de 2001. Disponível em: <http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2015-2/arquivos%20portarias-sof/portaria-interm-163_2001_atualizada_2015_02set2015.pdf/>. Acesso em: 05 out. 2019.

CÂNDIDO JÚNIOR, José Oswaldo. **Os gastos públicos no Brasil são produtivos? Ipea: Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 23, p.233-260, jun. 2001. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/77/88>>. Acesso em: 01 out. 2019.

CASTRO, Conceição. **Política fiscal e crescimento econômico**. Revista de Estudos Politécnicos. n.5-6, p.87-118, jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-99112006000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 out. 2019.

DIVINO, José Angelo; SILVA JUNIOR, Rogério Lúcio Soares. **Composição dos gastos públicos e crescimento econômico dos municípios brasileiros**. In: XXXVIII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DA ANPEC, 2010. Salvador. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/revista/vol13/vol13n3ap507_528.pdf>. Acesso em: 03 de out. 2019.

ERVILHA, Gabriel Teixeira; ALVES, Frederick Fagundes; GOMES, Adriano Provezano. **Desenvolvimento municipal e eficiência dos gastos públicos na Bahia: uma análise do**

IFDM a partir da metodologia DEA. In: IX ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA. p.106-126. Bahia, set. 2013. Disponível em: <http://www.eeb.sei.ba.gov.br/pdf/2013/eb/desenvolvimento_municipal.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2019.

FERREIRA, Pedro Cavalcanti. **Investimento em infra-estrutura no Brasil: fatos estilizados e relações de longo prazo.** Pesquisa e Planejamento Econômico. v. 26, n. 2, p. 231-252, ago. 1996.

FREITAS, Henrique; OLIVEIRA, Mírian; SACCOL, Amarolinda Zanela; MOSCAROLA, Jean. **O método de pesquisa survey.** Revista de Administração. v. 35, n. 3, p. 105 a 112, jul/set. 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Portal Cidades.** Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 01 out. 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto – PIB.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>>. Acesso em: 01 out. 2019.

KNELLER, Richard.; BLEANEY, Michael. F.; GEMMELL, Norman. **Growth, public policy and the government budget constraint: evidence form OECD countries.** Journal of Public Economics. v. 74, p. 171–190. 1999. Disponível em: <http://www.mathematik.uni-ulm.de/wipo/lehre/ws200708/public_economics/Kneller_Bleaney_Gemmell>. Acesso em: 01 out. 2019.

MINAS GERAIS. **Fiscalizando com o TCE.** Disponível em: <<https://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/#/inicio>>. Acesso em: 05 out. 2019.

REZENDE, Amaury José; SLOMSKI, Valmor; CORRAR, Luiz. **A gestão pública municipal e a eficiência dos gastos públicos: uma investigação empírica entre as políticas públicas e o índice de desenvolvimento humano (IDH) dos municípios do Estado de São Paulo.** Revista Universo Contábil. Blumenau, v.1, n.1, p 24 – 40, jan/abr. 2005. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/26026/a-gestao-publica-municipal-e-a-eficiencia-dos-gastos-publicos--uma-investigacao-empirica-entre-as-politicas-publicas-e-o-indice-de-desenvolvimento-humano--idh--dos-municipios-do-estado-de-sao-paulo>>. Acesso em: 01 jun. 2019.

RIBEIRO, Francielle Camila Santos; TELEGINSKI, Jodson; SOUZA, Henrique de; GUGELMIN, Renata Maciel. **A evolução do produto interno bruto brasileiro entre 1993 e 2009.** Vitrine da Conjuntura. Curitiba, v.3, n.5, jul. 2010. Disponível em <<https://img.fae.edu/galeria/getImage/1/1395677446523294.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2019.

ROCHA, Fabiana; GIUBERTI, Ana Carolina. **Composição do Gasto Público e Crescimento Econômico: um estudo em painel para os estados brasileiros.** In: Encontro Nacional de

Economia, 33., Salvador, 2005. Disponível em
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502007000400001>.
Acesso em: 03 out. 2019.